



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

CONFLITO NA ACADEMIA: AS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS ENTRE OS ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

Nubia Mendes Novais
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: byai9@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este estudo está fundamentado na intenção de compreender as desigualdades socioeconômicas entre os estudantes dos cursos de graduação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e sua relação com acesso e permanência na universidade. No bojo desta discussão estão as condições em que dos estudantes de menor poder aquisitivo sobrevivem frente as adversidades do mundo acadêmico.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como arcabouço teórico, os estudos de Teotônio dos Santos (1987) por explicarem a ideia de classes sociais dentro de uma perspectiva de hegemonia burguesa; Henry Geroux por destacar que a educação, mesmo sendo um instrumento de acesso a qualquer tipo de discurso, ele ainda segue bem demarcada por linhas de batalha e conflitos sociais bem delimitados; a Lei de Diretrizes Bases da Educação - LDB nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – por ser instrumento legal que rege a educação no país.

Foram realizadas pesquisa de campo com questionário e entrevistas em turmas do curso de Geografia Pedagogia, Direito e Medicina, o verificado com base na aplicação de questionários de caráter socioeconômico em que os discentes respondem a cerca de sua renda mensal; forma de conclusão do ensino médio (público ou particular) entre outras questões.

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A UNIVERSIDADE PÚBLICA FACE ÀS DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS

Origens históricas do conceito de classes sociais nos impõem a fazer uma análise teórica sobre a desigualdade social e sistema educacional, o que se leva a constatar que no âmbito do espaço social, são comuns os indivíduos se diferenciarem por diversos aspectos, rico, pobre, letrados e não letrados, porém, conforme Santos (1987) o conceito de classe social não foi uma criação do marxismo. Desde a antiguidade grega, por exemplo, (podemos encontrar documentos egípcios em que se fala da existência de classes da sociedade), Aristóteles divide em escravos e homens livres. Além disso, na política ele dividia os cidadãos em pobres, classe média e rica. Para isso Santos afirma que:

Santo Tomás de Aquino dividia a sociedade em ordens sociais bastante rígidas que refletiam a cristalização da hierarquia feudal na alta idade média. Nas vésperas da Revolução Francesa, a percepção da existência de classes sociais era bem viva. A representação das três ordens sociais se tornou um elemento bastante claro da consciência social. Todos estes fatos deram origem a grande número de confusões acerca deste conceito, confusões que em geral, estão vinculadas à interpretação do próprio pensamento marxista (SANTOS, 1987).

A estratificação social ainda é um problema para o ensino em geral e para a educação superior em particular, apresentando-se de modo especialmente agudo para as instituições públicas. Embora o problema extrapole a capacidade das universidades para enfrentá-lo e superá-lo sozinhas, não há dúvida de que a elas cabe, pela função que desempenham no projeto político do país, assumir com lucidez e empenho, a partir da esfera de suas atribuições específicas, responsabilidades e compromissos com propostas e ações destinadas a contribuir, de forma positiva, para a construção de uma sociedade mais igualitária. Em contrapartida, Giroux (1983) afirma que:

A educação pode bem ser (...) um instrumento pelo o qual um indivíduo, em uma sociedade como a nossa pode ganhar acesso a qualquer espécie de discurso. No entanto, todos sabem que por sua atuação, através do que permite e do que evita, a educação segue bem demarcadas linhas de batalha do conflito social (GIROUX, 1983, p.70).



Este fato pode ser apreendido nas universidades, por meio dos estudantes dos cursos de Medicina e Direito que são oriundos de uma camada social diferenciada dos cursos de licenciatura das universidades federais e estaduais do país. Coloca-se como desafio, então para a instituição universitária pública democratizar o acesso aos seus cursos, adotando estratégias que favoreçam candidatos procedentes dos grupos sociais menos favorecidos, sem prejuízo dos critérios de mérito que devem presidir esse processo.

Bordieu (1994) afirma que na instituição escolar é evidente a separação dos indivíduos marcada pelas condições de vida. A estratificação das classes continua a se perpetuar inclusive nas universidades, lugar este, quase sempre visto, mesmo na esfera pública, como espaço de classe social homogênea por homens nobres que por sua vez se propaga também nas universidades em que, grosso modo, perpetua-se as relações de poder entre dominador (bacharéis) e (licenciados) dominados, onde é implícita na ação territorial, palco das relações de poder e os indivíduos que nele atuam são os atores gerando um emaranhado de conflitos (BORDIEU, 1994, p. 37).

A questão das classes sociais é também ideológica, devido à relação de poder que permite aos indivíduos exercerem uma espécie de hierarquia sobre o outro inclusive no sistema educacional. Na concepção de Marx (1975) a ideologia propriamente dita é o sistema ordenado de ideias ou representações, de normas e regras como algo separado e independente das condições materiais. Assim faz parte da ideologia da burguesia afirmar que a educação é um direito de todos os homens (MARX, 1975, p. 103).

O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO HODIERNO BRASILEIRO

Segundo o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira) no Brasil, a democratização do acesso e permanência no ensino fundamental e médio, ampliará excepcionalmente a demanda pelo ensino superior o que representa um enorme desafio para o país, especialmente no que tange ao sistema de educação público superior.

Na conjuntura da sociedade capitalista, os indicadores responsáveis pela mensuração da desigualdade social no país, seguem o fluxo da disparidade econômica e da concentração de renda (IBGE, 2000). A igualdade, no debate político moderno, constitui-se em um dos valores fundamentais em que se inspiraram filosofias e ideologias.



Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça social nada positivamente como algo que se deseja, não possui, entretanto, um valor intrínseco. Consiste, antes, numa relação que se estabelece: O que dá a essa relação um valor, o que faz dela uma meta humanamente desejável, é o fato de ser justa. A justiça, em termos estritos, por estar no âmbito das questões normativas, envolve constantemente desacordos morais, ao passo que a igualdade, em contrapartida, pode ser pensada em termos descritivos (BOBBIO, 1993, p. 35).

Duas pessoas podem discutir e nunca chegar a um consenso sobre o que entendem por segregação social e se os reprovam ou não, mas podem concordar sobre a existência ou não de uma relação específica de igualdade entre grupos sociais distintos. No domínio, todavia, da universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, é relevante a discussão acerca das políticas afirmativas voltadas aos indivíduos desfavorecidos economicamente no campo acadêmico, pois mesmo sendo considerada uma comunidade elitista, possui suas disparidades sociais.

Nessa perspectiva, nota - se que existe uma diferença gritante na renda entre os estudantes dos cursos de Direito e Medicina em contrapartida, nas licenciaturas, os vencimentos são bem inferiores e o número de pessoas nas famílias, discrepante. Esses estudantes com renda menos elevada, eles são residentes do próprio município de Vitória da Conquista, onde se localiza a instituição. Já os discentes dos cursos de Direito e Medicina em sua maior parte, são migrantes de outros estados e municípios residem, ainda, em repúblicas e são amparados pelos seus pais.

Quando se trata do tipo de ensino médio cursado os estudantes do curso de Geografia e Pedagogia possuem quase todos os seus graduandos oriundos de escola públicos sendo os de Medicina e Direito integralmente cursado em escola básica particular. Constata-se, desse modo, que a porção desfavorecida economicamente são os cursos de formação de professores que por sua vez, os estudantes são também trabalhadores ou desempregados que necessitam de políticas afirmativas consistentes para concluir seus respectivos cursos.

A universidade, hodiernamente, mesmo com algumas ações afirmativas, ainda fomenta as desigualdades sociais e os conflitos, na medida em que as condições de acesso e permanência na universidade ainda são bastante precárias.



CONCLUSÕES

Com base neste entendimento, a questão de pesquisa aqui levantada tem sido identificar, através de um diagnóstico social e econômico, onde estão matriculados os alunos das classes sociais economicamente menos favorecidas e como discentes se inseriram no âmbito acadêmico. Alhures, a sociedade capitalista se estrutura com base nas relações de produção, orientadas pelo capital, e que os espaços, geograficamente, definidos para ocupação de postos de trabalho são assimilados e reproduzidos a partir da distribuição de discentes nos cursos, da condição social e econômica dos alunos, mas também da possibilidade de acesso e permeância na universidade.

Como conclusões parciais, é possível afirmar que a) Há uma hierarquização em relação aos cursos de graduação estudados; b) a classe social economicamente menos favorecida tem condições diferente quando se trata de acesso ao ensino superior; c) mesmo estando no ensino superior, isso não é garantia de ascensão social o que explica a necessidade de políticas afirmativas voltadas a esse público.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior; Desigualdade Socioeconômica; Ações Afirmativas; Estudantes.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. *Dicionário de política*. 5. ed. Brasília: Editora da UnB, 1993.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Ação*. São Paulo Ed. Papyrus, 1994.
- FREIRE, P. *Educação para a liberdade*. Porto: Escorpião, 1973
- GIROUX, Henry. *A escola crítica e a política cultural*. 3ªed.–São Paulo: Cortez, 1992
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo, Ed. Sociais, 1975.
- SANTOS, T. dos. *Conceito de classes sociais*. 4ª edição. Petrópolis. Vozes, 1987
- BRASIL, Lei Federal n. 9394, 20 dez. 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996
- IBGE. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.